

FÁTIMA DJATA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECÍFICAS NA ESCOLA DO
ENSINO BÁSICO BENGALA BRANCA EM GUINÉ-
BISSAU**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2023

FÁTIMA DJATA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECÍFICAS NA ESCOLA DO
ENSINO BÁSICO BENGALA BRANCA EM GUINÉ-
BISSAU**

Mestrado em Educação Especial – Domínios Cognitivo e Motor

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Doutor António Manuel da Conceição Guerreiro



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2023

*Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Específicas na Escola do Ensino
Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau*

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright

Fátima Djata

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedicatória

Dedico à memória de minha falecida mãe Mariama Sani e meu tio Uie Sani, que mesmo não estando presentes sinto que estiveram sempre ao meu lado.

Agradecimentos

A Deus, por ser meu sustento e minha vida.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor António Guerreiro, pelas valiosas ideias e sugestões, por acreditar na minha capacidade e incentivar o meu crescimento intelectual, e por ter me ajudado na minha orientação, pela incansável dedicação e generosidade.

Aos professores da Universidade de Algarve, que sempre se mostraram interessados no crescimento de seus alunos e que representaram fonte constante de conhecimento e inspiração.

Ao meu pai, Tchernó Djata, minha irmã, tios, tias e amigos(as) que sempre me incentivaram a minha caminhada estudantil, cujo amor e carinho foram indispensáveis para completar esta tarefa, e sem os quais eu nem sequer a teria iniciado.

Obrigada aos entrevistados que dedicaram seus tempos para contribuírem neste estudo e principalmente por acreditarem na construção deste trabalho.

As minhas amigas, que sempre estiveram ao meu lado mesmo em momentos difíceis para enfrentar esta batalha, Alanam, Ilda, Adjane, Clausina e Ivanilde.

Resumo

Este estudo busca refletir sobre o processo da educação inclusiva na Guiné-Bissau, de crianças e jovens com necessidade educativa específicas, tendo por referência a inclusão social e educacional na Escola de Ensino Básico Bengala Branca, investigando assim a concretização da política de inclusão educativa como forma de inserção social no país.

A metodologia adotada neste estudo apresenta uma natureza qualitativa com um pendor interpretativo. Os instrumentos de recolha de dados consistiram numa entrevista semiestruturada a quatro professores da Escola de Ensino Básico Bengala Branca, a qual, devido aos problemas de comunicação, resultou numa entrevista estruturada, respondida por escrito pelos participantes no estudo. A análise de dados foi constituída através de três categorias: (i) Escola Bengala Branca; (ii) Pedagogia na Escola Bengala Branca; e (iii) Educação Inclusiva na Escola Bengala Branca.

Os resultados deste estudo apontam para a peculiaridade da instituição escolar, na conjuntura do país, sendo uma referência política no contexto da inclusão, apesar das dificuldades financeiras em pagar os professores, em garantir o transporte à população escolar e em adquirir recursos didáticos e pedagógicos para o ensino das crianças com necessidades educativas específicas. O estudo realça também a necessidade de formação específica dos docentes, particularmente sobre inclusão educativa, numa escola diferenciada, que dá os primeiros passos na transformação dos processos de integração nos princípios de inclusão educativa de todas as crianças e jovens guineenses.

A reflexão sobre a necessidade de processo inclusivo nas escolas de Guiné-Bissau, alerta para a compreensão das dificuldades das instituições e dos professores na busca de novas soluções, com vista a atenuar as complexidades inerentes à melhoria da qualidade de ensino das crianças e jovens com necessidades educativas específicas do país.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Pedagogia; Escola Bengala Branca; Guiné-Bissau.

Abstract

This study seeks to reflect on the process of inclusive education in Guinea-Bissau for children and young people with specific educational needs, with reference to social and educational inclusion at the Bengala Branca Primary School, thus investigating the realisation of the policy of educational inclusion as a form of social inclusion in the country.

The methodology adopted in this study is qualitative in nature with an interpretative slant. The data collection instruments consisted of a semi-structured interview with four teachers from the Bengala Branca Primary School, which, due to communication problems, resulted in a structured interview, answered in writing by the study participants. The data was analysed using three categories: (i) Bengala Branca School; (ii) Pedagogy at Bengala Branca School; and (iii) Inclusive Education at Bengala Branca School.

The results of this study point to the peculiarity of the school, in the context of the country, being a political reference in the context of inclusion, despite the financial difficulties in paying teachers, guaranteeing transport for the school population and acquiring teaching and pedagogical resources for teaching children with specific educational needs.

The study also emphasises the need for specific training for teachers, particularly on educational inclusion, in a differentiated school, which is taking the first steps towards transforming the integration processes into principles of educational inclusion for all Guinean children and young people.

Reflection on the need for an inclusive process in Guinea-Bissau's schools alerts us to an understanding of the difficulties faced by institutions and teachers in the search for new solutions, with a view to mitigating the complexities inherent in improving the quality of teaching for children and young people with specific educational needs in the country.

Keywords: Inclusive Education; Pedagogy; Bengala Branca School; Guinea-Bissau.

Índice

Dedicatória	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
Educação na Guiné-Bissau.....	5
Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense.....	9
Sistema Educativo da Guiné-Bissau.....	10
1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.....	11
3.º Ciclo do Ensino Básico	12
Ensino Secundário.....	13
Ensino Superior	13
Educação Inclusiva.....	14
Desafios futuros para o desenvolvimento educativo do País	20
Capítulo II – Enquadramento Metodológico	24
Objetivos de Investigação	24
Natureza da Investigação.....	25
Participantes	26
Instrumentos de Recolha de Dados	29
Análise dos Dados.....	31
Procedimentos Éticos	32
Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados	33
Escola Bengala Branca.....	33
Pedagogia na Escola Bengala Branca	36
Educação Inclusiva na Escola Bengala Branca	41

Conclusões	45
Referências Bibliográficas	47
Índice de Apêndices.....	50

Lista de Abreviaturas

NCEE – National Coalition for Equity in Education

PSE – Plano Setorial de Educação

DDH – Declaração dos Direitos Humanos

INE – Instituto Nacional de Estatística

PQEDH – Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano

MEN - PNA – Ministério Nacional da Educação/Plano Nacional de Ação

LBSE – Lei de Base do Sistema Educativo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

ONU – Organização das Nações Unidas

ECD – Estatuto da Carreira Docente

ONG – Organização não governamental

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PLAN – Plano Nacional de Ação e Desenvolvimento

HI – Handicap Internacional/ Humanité Inclusion

Introdução

O território, que hoje é conhecido por Guiné-Bissau, fica situado na costa ocidental da África, com a extensão territorial de 36.125 km². A área habitada é de 24.800 km². Faz fronteira a norte com a República do Senegal e a leste e sul com a República da Guiné-Conacri, abrindo-se pela costa ocidental do continente ao oceano atlântico. Para além do território continental, o país integra o arquipélago dos Bijagós, contendo mais de 80 ilhas e ilhéus. Foi colónia portuguesa até 1974, ano em que se tornou independente, após uma longa guerra de libertação, tendo declarado unilateralmente a independência em setembro de 1973 (Sané, 2018).

O país é marcado pela diversidade étnica, cultural e linguística, existindo mais de vinte religiões como a católica, a muçulmana e a animista, entre outras. Guiné-Bissau tem mais de um milhão e meio de habitantes, com uma taxa de analfabetismo de quase 50%, entre a população com seis ou mais anos, e uma representação étnica e linguística que dificulta o ensino e o aprendizado do português (dados censitários de 2009). Além dos fatores étnicos e linguísticos apontados, as diferenças sociais dos alunos e das famílias nas escolas são também fatores de maior relevância na desigualdade de oportunidades.

Estas disparidades no sistema educativo ainda são mais relevantes em relação aos alunos com necessidades educativas específicas nas escolas de ensino básico, enquadradas na Lei de Base do Sistema Educativo e restante legislação do país. Sendo que as estruturas escolares não estão cumprindo a Declaração dos Direitos Humanos, nomeadamente nos 1 e 2 do art.º 26:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Como refere Rodrigues (2014), somos todos seres humanos diferentes, a nossa diferença provém de uma grande variabilidade em termos do nosso património genético, desde infância, e esta desigualdade vai se acentuando ao longo da vida pela decisiva influência em termos da educação e da cultura.

O mesmo autor acrescenta ainda que

os fatores sócio-económicos foram sempre decisivos para determinar a qualidade, a duração, a orientação e o sucesso dos percursos escolares. A escola que quis ser um contributo para resolver o problema da justiça social, acabou, por isso, por ser parte do problema ao se organizar e a legitimar as desigualdades dos alunos (Rodrigues, 2014, p. 8).

A escola, como um todo, deve assumir o seu papel da prática inclusiva, cumprindo com a função educativa, contribuindo para uma sociedade justa e transparente através de respeito, levando os alunos a se respeitar e ter o conhecimento humano nas suas atividades do quotidiano (Rodrigues, 2014).

Neste sentido, como refere Rodrigues (2014), citando a (NCEE) National Coalition for Equity in Education (NCEE) da Universidade da Califórnia, Santa Barbara (2003),

os educadores são um força importante para ajudar muitas pessoas a ultrapassar os efeitos da discriminação social, mas as escolas servem também para perpetuar as desigualdades e injustiças da sociedade. É

necessária uma ação bem pensada para que a pedagogia, o currículo e as políticas da escola possam ultrapassar os efeitos que uma longa história de preconceito e discriminação que exerceram sobre as pessoas e as instituições (p. 8).

No que concerne à educação, a igualdade de oportunidade é um conceito central na equidade, mostrando assim, uma prática de direitos iguais e a oportunidade de dar a todos o mesmo direito sem a distinção de raça, de cor e de classe social criando uma cultura de inclusão para todos (Rodrigues, 2014).

Assim, emerge a necessidade de uma política educativa que agregue a coordenação entre o governo e os diversos parceiros que se encontram a trabalhar na área da educação. A problemática da Educação Inclusiva foi assim integrada no Plano Setorial de Educação (PSE) em torno de 3 eixos: (i) acessibilidade, (ii) identificação de crianças com deficiência e (iii) formação de atores. Esses eixos foram operacionalizados no plano trienal 2017-2020, mas de forma bastante vaga e precisam ser especificados em um plano de ação específico para a educação inclusiva.

As pessoas com deficiências foram por muitos anos mantidas afastadas no convívio social e excluídas no meio escolar. As medidas de intervenção do estado no plano Nacional Estratégico e Operacional (2015-2025) intitulado “Terra Ranka” intervêm no desenvolvimento da educação com vista à redução da pobreza, ao desenvolvimento do capital humano, tendo em vista a paz e o cumprimento dos direitos humanos.

Considerando que o ensino na Guiné-Bissau tem défice de modo geral, devido ao processo tardio de escolarização da sua população, as políticas educacionais nunca chegam a ser executadas na sua totalidade, devido aos problemas de má governação e de gestão da coisa pública, afetando muito o sistema educativo. As políticas inovadoras acabam sendo muitas das vezes arquivadas e sem previsão de execução, o desafio de inclusão acaba não sendo um problema isolado, mais um dos que afeta todas as crianças especiais e não especiais (Cá, 2007).

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do mestrado em Educação Especial – Domínios Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, tem por temática global a inclusão na escola dos alunos com necessidades educativas específicas na Guiné-Bissau.

Para além desta introdução, o estudo está dividido em três capítulos e umas conclusões. O primeiro refere-se à fundamentação teórica que descreve ao longo do período histórico como a pessoa com deficiência era vista na sociedade e seu processo de escolarização. Também os aspetos das leis na Guiné-Bissau que dão sustentação à educação especial na perspetiva da educação inclusiva. Define ainda o conceito de deficiência visual e os serviços existentes para inclusão deste público na escola Bengala Branca, uma das instituições de referência do país.

No segundo capítulo é apresentada uma descrição das metodologias adotadas, tendo em conta os objetivos deste estudo, os participantes, os instrumentos e procedimentos realizados na recolha de dados e na análise dos mesmos. A base principal de inquirição dos participantes foi uma entrevista estruturada, enviada por correio eletrónico e devolvida após um mês e meio, devido às dificuldades inerentes aos processos de comunicação no país.

No terceiro capítulo apresento os resultados da análise dos dados tendo em conta três dimensões

Neste capítulo são analisados os relatos escritos dos participantes sobre o processo de escolarização da educação inclusiva.

Nas conclusões apresenta-se uma reflexão sobre os dados recolhidos a propósito do processo de inclusão da pessoa com deficiência visual na Guiné-Bissau.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

Neste capítulo apresento um olhar sobre a perspetiva teórica acerca do percurso da educação inclusiva ao longo da história do país, as leis e a realidade do processo inclusivo na Guiné-Bissau. Acresce um olhar sobre aprendizagem na escola das pessoas com deficiência visual na perspetiva de uma educação inclusiva.

Educação na Guiné-Bissau

Guiné-Bissau é um país em que o desenvolvimento humano, o combate à pobreza, o acesso à educação, o crescimento em termos económicos e a melhoria das condições de vida são continuamente áreas prioritárias que apresentam ainda grandes défices de realização das políticas ministradas pelo estado.

A educação deixou de ser vista como mera transmissão de conhecimentos, e passa a ser igualmente uma ferramenta de capacitação, de transformação social das populações, com vista à melhoria das condições de vida e na tomada de decisão. O Governo guineense durante a próxima década terá de investir no sistema educativo, com base em estratégias concertadas, de forma a reduzir as desigualdades no acesso, na conclusão dos estudos, bem como nas questões de equidade e inclusão de todos na escola.

Segundo os dados do último recenseamento populacional, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2009, a Guiné-Bissau contava com 1.497.859 habitantes (população corrigida por inquérito pós censitária para 1.520.830), sendo 48,6% do sexo masculino e 51,4% do sexo feminino (INE, 2009). Na população da Guiné-Bissau, 13.590 são pessoas com deficiência (0,94% da população), em que os homens representam 53,9% e as mulheres 46,1%. (INE, 2009).

A educação deve ser compreendida, atendendo a mobilização, organização e capacitação das pessoas, a nível científico, técnico, artístico, humanístico, com impacto a nível pessoal, social e político, sendo um exercício de cidadania ativa, uma prática política com múltiplos eixos. A Declaração Universal dos Direitos

Humanos (1948), refere também que a educação é um direito básico para todos e deve estar assegurada em todas as nações ou estados.

A política educativa da Guiné-Bissau foi inspirada nas recomendações internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, e no Plano Nacional de Ação, Educação para Todos. A nível nacional, o Governo da Guiné-Bissau, mais concretamente, o Ministério da Educação Nacional elaborou o Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano (PQEDH-1992), o Programa de Emergência (1996), a Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (LBSE, 1999), o Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN, 2011), entre outros (MEN-PNA, 2011).

Segundo o Inquérito aos Indicadores Múltiplos - MISC6 (Ministério da Economia e Finanças, Direção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística, 2020), dados referentes ano letivo 2018-2019, relevam que apenas 14,3% das crianças, de 36 a 59 meses de idade, frequenta a educação para a primeira infância, sendo a taxa líquida de frequência mais elevada entre as crianças residentes no meio urbano (40%) comparativamente a 5% entre as crianças residentes no meio rural. Contudo, esta taxa de frequência de crianças que frequentam um programa de educação da primeira infância ou de educação primária, que têm um ano a menos da idade oficial de ingresso a escola primária, ao início do ano escolar, sobe para 45%, sendo 77% no meio urbano e 32% no meio rural.

A percentagem de crianças em idade de frequentar o ensino primário (no início do ano letivo) que frequentam a escola primária ou secundária é de 68,7%, sendo 84% no meio urbano e 61% no meio rural. A percentagem de crianças de 3 a 5 anos acima da idade alvo para o último grau do ensino primário que completaram o ensino primário é de 27,2%, sendo que ela é maior no meio urbano, com 47%, comparativamente ao meio rural com 14%.

A percentagem de crianças em idade de frequentar o secundário inferior (no início do ano letivo) que frequentam o ensino médio inferior ou superior é de apenas 9%, sendo 17% no meio urbano e 4% no meio rural. Quanto à percentagem de crianças de 3 a 5 anos acima da idade alvo para o último grau do ensino

secundário inferior que concluíram o ensino secundário inferior, que é de 17,1% a nível nacional, o meio urbano apresenta 31% enquanto o meio rural apresenta 7%.

A percentagem de crianças em idade de frequentar o secundário superior (no início do ano letivo) que frequentam o ensino secundário superior ou nível superior é de apenas 6,5%, sendo 13% no meio urbano e 2% no meio rural. A percentagem de crianças de 3 a 5 anos acima da idade alvo para o último grau do ensino secundário superior que concluíram o ensino secundário superior é de 10,8% a nível nacional, o meio urbano apresenta 19% enquanto o meio rural apresenta 4%.

A percentagem de crianças com idade para o ensino primário fora de escola é de 28%. Em relação às crianças com idade de frequentar o ensino secundário inferior, 23% estão fora da escola. No caso do ensino secundário superior, 32% estão fora da escola.

O ingresso no ensino primário segundo a paridade de género é de 1 homem para 0,9 mulheres. Em relação ao meio de residência quanto a frequência ajustada no ensino primário, a relação é de uma criança do meio urbano para 0,3 crianças do meio rural. Quanto ao ingresso no ensino secundário inferior, no que diz respeito a frequência ajustada, segundo o meio de residência, a relação é de uma criança do meio urbano para 0,2 crianças do meio rural (Ministério da Economia e Finanças, Direção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística, 2020).

Este relatório, caracteriza a situação das crianças com deficiência entre os grupos sociais mais discriminados da sociedade guineense:

As crianças com deficiência estão entre os grupos mais marginalizados da sociedade. Enfrentando a discriminação diária sob a forma de atitudes negativas e falta de políticas e legislação adequadas, as crianças com deficiência são efetivamente impedidas de realizar seus direitos à saúde, educação e até sobrevivência. As crianças com deficiência costumam estar entre os membros mais pobres da população e são menos propensas a

frequentar a escola, aceder a serviços médicos ou fazer ouvir as suas vozes na sociedade. A discriminação e exclusão de crianças com deficiência também as colocam em maior risco de abuso físico e emocional ou outras formas de negligência, violência e exploração (Ministério da Economia e Finanças, Direção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística, MISC6, 2020, p. 110).

O mesmo relatório caracteriza esta população de crianças e jovens de acordo as dificuldades funcionais em diferentes domínios:

As crianças com dificuldades funcionais geralmente são grupos mais desfavorecidas da sociedade e são as que menos vão a escola, e as que têm menos acesso a outros serviços básicos tais como a saúde. No país, 5% de crianças de 2 a 4 anos e 16% de 5 a 17 anos apresentam dificuldades funcionais em pelo menos um domínio. Nas crianças de 2 a 4 anos, 0.3% tem dificuldade funcional relacionado com a visão, 0.1% com a audição, 0.2% com a locomoção, 0.2% com a comunicação, 0.2% com a aprendizagem, 0.1% com jogar, 4% com o comportamento de controlo. Entre as crianças de 5 a 17 anos, 14% das crianças tem problemas de ansiedade e 5% com problemas de depressão. Oio, SAB e Cacheu, são as regiões com maiores percentagens de dificuldades funcionais nas crianças de 2 a 4 anos (17%, 4% e 4%, respetivamente). Para as crianças de 5-17 anos, as regiões de Gabu e Biombo, são as de maior percentagem com dificuldades funcionais (42% e 24%, respetivamente) (Ministério da Economia e Finanças, Direção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística, MISC6, 2020, p. 111).

Tendo atestado as dificuldades na área da educação inclusiva, dado que no país não há condições de igualdade nas estruturas escolares, entendemos que praticar uma política de igualdade de oportunidades é dar a todos o mesmo direito, uma educação justa e visível na prática.

Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense

A Lei de Bases do Sistema Educativo guineense foi promulgada em 26 de março de 2011, aprovada na Assembleia Nacional Popular a 21 de maio de 2010. Este marco histórico no país fez com que o desejo de compreender e de dar a conhecer o interesse no desenvolvimento da política educativa guineense, no processo político de construção e de aprovação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo guineense.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo (2010), nos seus artigos 33.º e 34.º, o conceito de Educação Inclusiva é exposto como Educação Especial, tendo em vista os cuidados educativos adequados a pessoas com deficiência física ou mental ou sobredotadas, que frequentam estabelecimentos regulares de ensino, em função do tipo e grau de deficiência e do ritmo de aprendizagem (República da Guiné-Bissau/Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos, 2010).

Segundo o *Handicap Internacional* (2021), existem diversas barreiras que impedem o acesso e a retenção na educação de crianças com deficiência. A pobreza, a falta de infraestrutura escolares acessíveis, a falta de vontade política, a falta de conhecimento técnico e capacidade para implementar o direito à inclusão, atitudes negativas de professores não qualificados. A falta de formação e sensibilidade docente verifica-se na implementação de medidas curriculares rígidas, em vez de diversificadas, estigma social que exclui crianças com deficiência das interações sociais com os seus pares e ainda a falta de conhecimento dos pais sobre como intervir com os filhos.

As desigualdades no âmbito educativo devem ser vistas dentro da escola, entre escolas e fora da escola, pois as crianças e jovens vivem no seu ecossistema, composto por estruturas micro e macroestruturais.

De forma a minimizar as disparidades existentes, como a precariedade das escolas, o nível de formação dos professores, a falta de equidade e de uma política inclusiva nas escolas, as medidas de intervenção do Estado atuais passam pelo Plano Nacional Estratégico e Operacional (2015-2025) intitulado “*Terra Ranka*”.

A Carta da Política Educativa e o Plano Nacional Estratégico e Operacional “*Terra Ranka*” defendem uma educação para a “redução da pobreza”, o “desenvolvimento do capital humano” e para a “Paz e os Direitos Humanos”. Nesse sentido, o Estado definiu três objetivos gerais estratégicos de educação, de forma a orientar as normas, os programas, as práticas e a gestão do sector da educação, permitindo a uniformização, a justiça e a equidade no acesso ao desenvolvimento global das pessoas, através do ensino.

Nos propósitos do Estado destaca-se: a) cobertura universal e prestação de uma educação básica de boa qualidade para o desenvolvimento do capital humano; b) a educação superior e tecnológica de boa qualidade para fazer face às solicitações dos mercados laborais e económicos e c) uma educação para a cidadania que promova a consciência da paz, dos direitos humanos, da saúde, do civismo, do ambiente e das alterações climáticas.

O Plano Estratégico e Operacional “*Terra Ranka*”, 2015-2020 encontra-se alinhado com muitos dos objetivos e metas da Agenda 2030 sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063 da União Africana, segundo o relatório final da implementação do programa de ação de Istambul na Guiné-Bissau 2011-2020 (República da Guiné-Bissau, 2015).

Sistema Educativo da Guiné-Bissau

Nos últimos anos têm acontecido reformas do Sistema Educativo da Guiné-Bissau com vista a melhorar a qualidade e adequá-lo ao novo contexto do ensino, compreendendo nove anos de escolaridade, subdivididos em 3 ciclos. O 1.º ciclo refere-se aos quatro primeiros anos de escolaridade, 2.º ciclo aos 5.º e 6.º anos de escolaridade e o 3.º ciclo aos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.

1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico

O 1.º ciclo do ensino básico dispõe apenas de um professor, no 2.º ciclo apenas dois professores. Em ambos ciclos é também necessária uma pessoa recurso para artes plástica e/ou educação física e desportos. Com vista a melhoria de qualidade do ensino e considerando a existência de um número considerável de professores no sistema educativo sem formação pedagógica, foi feita uma proposta de formação inicial e contínua para os professores. Com efeito, foram construídos três novos centros de formação de professores do Ensino Básico no interior do país para aumentar o número de professores qualificados no sistema. (Barreto, 2012, p. 1)

A implementação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) tem sido um dos principais pontos dos sucessivos cadernos reivindicativos dos Sindicatos dos Professores. O documento carece de diplomas regulamentadores que não tinham sido elaborados aquando da elaboração ECD. Para efeito da sua elaboração foi criada em 2017 uma comissão interministerial, incluindo os sindicatos de professores e ONG nacionais e internacionais que atuam no setor educativo. Após várias sessões de trabalho foram elaborados todos os diplomas necessários a implementação do ECD (Ministério da Educação, 2012).

Nos dois primeiros ciclos do ensino básico, o nível de aquisições dos alunos é fraco. Com efeito, no 2.º ano, tanto em português como em matemática, os alunos não dominam metade do que deveriam saber. A situação é mais grave no 5.º ano, onde apenas um terço do programa escolar é dominado pelos alunos. Em consequência, no 2.º ano, cerca de 20% dos alunos encontram grandes dificuldades, pois o seu resultado corresponde ao que obteria um aluno que respondesse de forma aleatória. No 5.º ano, quando praticamente já não há possibilidade de remediar a situação, a percentagem de alunos com dificuldades é ainda maior: 25% em português e 34% em matemática (Ministério da Educação, 2015).

Os dados de que dispomos indicam que o sistema educativo da Guiné-Bissau, enfrenta dificuldades específicas, em transmitir os conhecimentos aos alunos. Com efeito, do ponto de vista da comparação internacional, o desempenho

dos alunos do 2.º ano, coloca a Guiné-Bissau em 3.º lugar entre 14 países onde os mesmos testes foram realizados. Mas no 5.º ano, o desempenho dos alunos coloca a Guiné-Bissau nos últimos lugares, sinal de que os outros países conseguem recuperar o atraso, enquanto os alunos guineenses continuam a acumular lacunas ao longo dos anos (Ministério da Educação, 2015).

Uma das principais causas do insucesso dos alunos em matéria de aquisição de conhecimentos é o nível dos professores. Tanto em português como em matemática, 32% dos professores não conseguem responder corretamente à prova de português dada aos alunos do 2.º ano de escolaridade, a percentagem é mais alta em matemática, representando mais de metade dos docentes (54%). No 5º ano, o problema generaliza-se: 95% dos professores não dominam o que ensinam aos alunos em português e 98% dos professores não dominam a matemática que ensinam aos alunos (Plano Setorial Educação, 2021).

3.º Ciclo do Ensino Básico

O processo de ensino no 3.º ciclo do ensino básico, do 7.º ao 9.º ano de escolaridade, necessita de um significativo melhoramento da qualidade do acolhimento nos estabelecimentos escolares deste nível de ensino. Neste caso, apesar das melhorias, nos últimos anos, só 56% dos jovens não têm acesso a este nível de ensino (Siga, 2020). O governo deve continuar, como responsável pelo controlo das políticas, permitindo uma fiscalização mais eficaz, nomeadamente aos níveis de reprovação. Neste ciclo de ensino existe um congestionamento do sistema educativo, pois os alunos têm acesso, mas não concluem o ciclo de ensino. Neste sentido, tem sido objetivo de a tutela reduzir gradualmente a taxa de reprovação ao nível do 3.º ciclo (Siga, 2020).

Em relação a regulação dos fluxos dos alunos, a entrada no ensino secundário far-se-á pelo Ministério da Educação Nacional através de instauração de um exame nacional. Para o segundo eixo que é a participação do privado (escolas privadas) estará sob orientações do Ministério da Educação para melhor enquadramento das mesmas a partir de medidas específicas (Siga, 2020).

Ensino Secundário

O Ensino Secundário na Guiné-Bissau, tem desenvolvido num contexto de grande complexidade e desafios, entretanto, o Ministério da Educação tem vindo a desenvolver uma série de Reformas no sector educativo guineense, o que culminou com a Revisão Curricular do Ensino Básico, e que evidencia o alargamento da mesma ao Ensino Secundário (a Lei de Bases do Sistema Educativo publicado em 2011 e conseqüentemente a introdução do 12.º ano, o Ensino Secundário passa a ter uma duração de três anos correspondendo assim aos 10.º, 11.º e 12.º anos) (Ministério da Educação, 2012) .

Com a aprovação da Lei de Bases, em 2010, o Sistema Educativo dá suporte legal as ações educativas e suprimiu as lacunas que existiam a nível legislativo. Propôs alterações consideráveis no sistema, de entre as quais a introdução do 12.º ano de escolaridade, idade para ingresso no Ensino Básico passa a ser 6 anos de idade. O ensino secundário é reestruturado em três grandes eixos/grupos: ciências médicas, ciências exatas e literatura e ciências sociais (LBSE, 2010).

No ensino secundário, os dados mostram que apesar do acesso a este nível ter aumentado (de 29%, em 2010, para 39%, em 2013), as desistências continuam elevadas: 38% dos jovens abandonam a escola antes de concluir este ciclo. Além deste fraco desempenho do ensino secundário, este subsector confronta-se com diversos problemas no ensino, como a ausência de um currículo uniformizado, que deveria servir de referência e de base para monitorização de todas as ações de desenvolvimento deste ciclo (Plano Setorial Educação, 2021).

Ensino Superior

No que consiste a atual situação do País, o número de alunos no ensino superior tem aumentado significativamente nos últimos anos, tanto ao nível do público como do privado. Entretanto, segundo o Diagnóstico da Educação Superior e Investigação Científica, a rede de ensino superior tem verificado evidências ao nível da equidade do sistema pois, os dados referem que quase 55% das instituições do ensino superior estão localizadas na região de capital

(Bissau), e que apenas a região de Tombali que não possui de um estabelecimento de ensino superior (Relatório Estudo Educação, 2022).

Em relação à oferta educativa, 18 estabelecimentos de ensino oferecem licenciatura, mas apenas cinco são instituições públicas. O estudo mostra ainda que o número de alunos a frequentar o ensino superior é de 17.025, o que representa um aumento de 31,1% em relação ao ano letivo anterior, número que ultrapassa 15.000 previstos até 2025. E o aumento de matrículas revela que o número de inscritos do sexo masculino é superior em relação ao sexo feminino (Relatório Estudo Educação, 2022).

No entanto, este nível de ensino enfrenta problemas de organização e de adequação às necessidades de desenvolvimento económico e social. Apesar da criação da Universidade Amílcar Cabral, cuja finalidade é de organizar o funcionamento das instituições públicas que oferecem ensino superior, as ações que nem sempre são eficazes e as instituições continuam a funcionar de forma não organizada. O perfil dos professores não está adaptado às normas exigidas para um ensino superior de qualidade. Com efeito, muitos professores têm o nível de licenciatura ou mestrado e os que têm um nível pelo menos igual ao do doutoramento são escassos. Embora não existe uma avaliação que permita apreciar a qualidade das formações da educação, os estudos são unânimes em afirmar que estas formações não se adequam às exigências do desenvolvimento económico do país. Por outro lado, as infraestruturas não estão adaptadas a um ensino de nível superior, falta de laboratório, de ligação à internet, de uma biblioteca atualizada entre outros meios de investigação (Plano Setorial Educação, 2021).

Educação Inclusiva

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem incentivando os países membros a fornecerem dados sobre pessoas portadores de deficiência. De acordo com informações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), na Guiné-Bissau, antes do último censo de 2009, não existiam dados concretos dos números de deficientes no país. Esse instituto, a partir de então, iniciou o levantamento de dados quantitativos sobre as pessoas portadoras de deficiência, a nível nacional,

onde incluíram vários aspetos no estudo como, por exemplo, as características demográficas e económicas dos deficientes. (INE, 2009, p, 14).

Entre 1983-1992 foi considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o período direcionado às ações para as pessoas portadoras de deficiência. Nesse período, serviram para a criação de normas gerais para a igualdade de oportunidade, visando promover medidas para a prevenção, restauração e participação completa dessas pessoas, no processo de desenvolvimento da sociedade (INE, 2009).

De 1999 a 2009, foi considerada a década das pessoas portadoras de deficiência, na África. Em 2002, a Conferência Africana optou por um programa de ação prévio, sob deliberação: CM/Dec.676. No quadro de seguimento dos objetivos desta década e para definir as vias e os meios para a implementação deste Programa de Ações, foi realizada uma conferência consultiva regional convocada pelo Governo sul-africano em maio de 2003 (INE, 2009).

Segundo Cá (2007), o Estado tem por finalidade formar todo cidadão, através da formação intelectual, científico-técnico, político-ideológica, física e moral. Deste modo, os alunos formados nas escolas vão ser capazes de interpretar, impulsionar e desfrutar dos progressos da ciência, da técnica e da cultura, tornando-se jovens dotados de uma educação integral.

Pode-se dizer que, a inclusão das pessoas com deficiência, nas escolas, atualmente é preocupante em toda esfera social, porque cada vez mais as pessoas continuam sofrendo com o isolamento, quer por parte da família quer por parte da sociedade, isso porque, na maioria das vezes as dificuldades são por parte das pessoas que os observa como incapazes para exercerem qualquer atividade, social ou académica.

Tendo constatado as dificuldades na área da educação inclusiva no país, não há condições de igualdade nas estruturas escolares nem mesmo pelas pessoas portadoras de deficiência, sendo que a igualdade de oportunidade é um conceito central na equidade (Rodrigues, 2014). Porque entende-se que praticar uma política de igualdade de oportunidade é dar a todos o mesmo direito, mais na verdade a nossa sociedade têm investido muito em falsa autonomia.

Falar da inclusão é o que nos remete a boas praticas, não de excluir, onde alguns grupos étnicos guineenses, têm como prática cultural matar as crianças deficientes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), as etnias Balantas, Mancanhis e Manjacos, em alguns casos eliminam fisicamente crianças com Síndrome Dawn ou autismo alegando que estas crianças são é “iran” (demónio), sendo que são amaldiçoadas (Correia, 2017). O assassinato normalmente é feito por meio de um ritual tradicional, onde a criança é levada para as margens do mar e é abandonada, ou seja, jogada dentro de um baga-baga, (um ninho de cupim). Estas práticas são histórias antigas que existem há muitos anos, envolvendo muitas etnias com costumes e tradições diferentes. Estas práticas estão sendo combatido pelo estado através de políticas de inclusão.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo (MENCCJD, 2010), nos artigos n.º 33 e n.º 34, o Conceito Educação Inclusiva é tratado como Educação Especial, tendo em vista os cuidados educativos adequados a pessoas com deficiência física ou mental, e com as crianças sobredotadas que frequentam estabelecimentos regulares de ensino, em função do tipo e grau de deficiência e do ritmo de aprendizagem, enquanto currículo e programas de sistemas de avaliação são adaptados a cada tipo e grau de deficiência, assim como ao ritmo de aprendizagem do educando.

Apesar de crescente preocupação, o Estado da Guiné-Bissau, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009), foi certificado junto à Organização das Nações Unidas (ONU), o compromisso de desenvolvimento das estratégias no sentido de igualdade de oportunidade para todos. Como se mostra na convenção sobre os Direitos humanos que o estado deve respeitar e assegurar os direitos sem discriminação independente de raça, cor, sexo, religião, língua ou grupo social. Mas para que essas medidas adaptadas sejam eficazes é necessário que a utilização das novas estratégias adotivas seja executada, bem como a restauração das infraestruturas escolares, melhoria dos salários dos professores, acompanhamento familiar e matérias didáticos.

Na convenção dos Direitos das pessoas com deficiência no artigo 24.º, da educação inclusiva, foi mencionada as estratégias de atividades de inclusão a todos os níveis e uma pratica aprendizagem ao longo da vida, direcionado para o

desenvolvimento do potencial humano com dignidade e autoestima, isso envolve o processo de fazer do direito universal a qualidade de uma realidade potenciais talentos e criatividade das competências de desenvolvimentos prático, social com a liberdade de participar efetivamente numa sociedade livre e justa.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas na área de educação, o Governo tem trabalhado na implementação de boas práticas de inclusão como forma de ultrapassar os obstáculos inerentes perante as estratégias que possam ser adaptadas como modelo de contribuir e melhorar o ensino para todos.

No entanto, é preciso investir esforços em métodos do ensino que mantenham a valorização destes quadros. Apesar das melhorias significativas nos últimos anos em termos de acesso à educação, as desigualdades permanecem particularmente marcadas nas crianças com deficiência que são geralmente as mais marginalizadas e as primeiras a serem excluídas das oportunidades.

Segundo pesquisa feito por Handicap Internacional (ONG, 2021), as barreiras que impedem o acesso e a retenção na educação de crianças com deficiência são de vários tipos, incluindo: pobreza, falta de infraestrutura escolar acessível, falta de vontade política, conhecimento técnico e capacidade para implementar o direito à inclusão educação, atitudes negativas de professoras e professores não qualificados, especialmente no que diz respeito à implementação da educação inclusiva, a rigidez dos currículos escolares, estigma social que exclui crianças com deficiência das interações sociais e falta de conhecimento dos pais sobre as habilidades/potencial de seus filhos.

A Educação Inclusiva foi integrada no Plano Setorial de Educação (PSE) em torno de 3 eixos: acessibilidade, identificação de crianças com deficiência e formação de atores. Esses eixos foram operacionalizados no plano trienal 2017-2020, mas de forma bastante vaga e precisam ser especificados em um plano de ação específico para a educação inclusiva.

As orientações do Plano Sectorial da Educação sobre a Educação Inclusiva permitem ao Ministério da Educação progredir na sua capacidade de implementar uma política educacional que integre a Educação Inclusiva, em particular através

do conjunto de objetivos primários de produzir uma visão geral da situação de crianças com deficiência na Guiné-Bissau (Handicap Internacional).

Em 2020 foi criado, no Ministério da Educação e Ensino Superior, a Direcção-Geral de Educação Inclusiva (DGEI), para aumentar a importância do tema na Guiné-Bissau, reforçando assim, o interesse na esfera pública que conta com apoio dos seus parceiros UNICEF, PLAN INTERNACIONAL, HANDICAP entre outros, na implementação do plano inclusivo.

De acordo com Rodrigues (2014), a desigualdade deve ser pensada ao nível da educação a três níveis:

a) dentro da escola, b) entre as escolas e c) para além das escolas. Dentro da escola devem ser consideradas as desigualdades que podem ser atribuídas às práticas ou às estruturas da própria escola, como os professores atuam, a forma como a escola agrupa os alunos, como responde à diversidade, b) entre as escolas refere-se à desigualdade ao nível de toda a escola ou do sistema educativo, c) as desigualdades para além das escolas relacionadas com contexto socioeconómico, pobreza e regiões “tornadas pobres” (p. 9).

Segundo Relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos, a busca de inclusão para todos na educação e nas atividades sociais, a carta magna da Guiné-Bissau, no seu artigo 49.º alínea 1, garante que, todos os cidadãos têm direitos a educação e demais modos de ensino que a sociedade reserva. Assim, compreende-se que a Constituição da Guiné-Bissau reconhece vários graus de ensino, igualmente, a de iniciativa privada no setor do ensino de forma a complementar o Estado na sua missão de combater o analfabetismo e assim como a discriminação social no ensino. Nesta ótica, percebe-se que, a educação referida pela lei não se refere a um padrão de vida e muito menos importa da condição física de qualquer cidadão (Relatório da Liga dos Direitos Humanos, 2010-2012).

A acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas públicas ou privadas constitui uma barreira forte para muitos deficientes na Guiné-Bissau, sendo que, na maioria das vezes as famílias não se interessam em matricular seus filhos nas escolas devido a deficiência, ou melhor, dizendo, muitas famílias sentem vergonha de deixar suas crianças a frequentar espaços públicos, alguns até preferem que pessoas com deficiência fiquem em casa sem ter acesso ao ensino e, assim como participar em outras atividades sociais, isso, demonstra uma forma de estes não se sentirem discriminados na sociedade (Relatório da Liga dos Direitos Humanos, 2010-2012).

Em outras palavras, de acordo com percentagens de acesso à educação revelados pelo relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, em 2012, é possível compreender que aparição das pessoas com Necessidade Educativa Especiais nas escolas do País pode se entender que as maiorias das escolas da Guiné-Bissau não possuem condições para o acolhimento das pessoas com deficiência, ou seja, a partir destes dados é possível compreender que poucas pessoas com deficiência devido a falta acessibilidade destas pessoas de modo a estudarem nas escolas públicas e privadas, fatos que tem afastado muitas pessoas com NEE. Desse modo, faz necessário que haja discussões sobre vida destas pessoas na Guine Bissau como forma de permitir suas integrações na vida social no País, ou melhor, devem ser criadas condições que permitam a acessibilidade destes em todas as escolas do país, de modo a facilitar a integração destes no ensino (Relatório da Liga dos Direitos Humanos, 2010-2012).

Nesta ótica, os dados de acesso à educação para pessoas com NEE, no país divulgados pelo relatório da liga dos direitos humanos da Guiné-Bissau em 2012 permitem compreender que o ministério de educação não criou iniciativas que visam integrar os deficientes nas escolas, pelo que, não criou nenhuma política que visa a proteção destes no acesso ao ensino no país, ainda no relatório da liga mostra que, as mulheres com deficiência são as mais desfavorecidas, pois representa cerca de 71,8% da população com deficiência que jamais frequentou um estabelecimento de ensino, contra 45,1% dos homens, apenas 16,3% dos que alguma vez frequentaram a escola, contra 48,8% dos homens e 8,8% dos que estão a frequentar, contra 11,5% dos homens.

Com base nisso, nota-se que, de acordo com o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2010-2012) entre as pessoas com deficiência, 23% têm o ensino básico unificado, enquanto 11% têm o secundário, 1% o profissional, 1% o médio e 1% o universitário. Assim, baseando neste quadro estatístico sobre a situação dos alunos com NEE na Guiné-Bissau, isso constitui uma demonstração clara da não integração da problemática das pessoas com NEE na agenda prioritária dos sucessivos governantes deste país, ou seja, muitos dos alunos com NEE não têm a proteção dos governos sobre suas condições de vida e proteção contra a discriminação social. A diante disso, de acordo com o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2010-2012), o documento revela que, o estigma, a discriminação, a exclusão social, os abusos e as agressões contra a integridade física dos deficientes constituem os principais problemas com que se deparam os deficientes na Guiné-Bissau. Enfrenta, compreende-se que os obstáculos do acesso ao ensino para as pessoas com NEE, também, se sentem a falta de intervenção social em como promover a sensibilização da população de forma a combater a discriminação e a exclusão social das pessoas com deficiências no que toca a tudo que a sociedade reserva para qualquer que seja cidadão (Relatório da Liga dos Direitos Humanos, 2010-2012).

Desafios futuros para o desenvolvimento educativo do País

O plano setorial e estratégico do governo guineense até ao ano 2025 será uma transformação quotidiana dos cidadãos guineenses. Uma das prioridades é o desenvolvimento humano e social, apresentada no Plano Estratégico Operacional “*Terra Ranka*”, que assenta em cinco pontos fundamentais: (i) Estabelecer governança para o benefício dos cidadãos, (ii) garantir a gestão sustentável do capital natural e preservar a biodiversidade, (iii) construir uma rede de infraestrutura moderna e competitiva, (iv) fortalecer o capital humano e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão e (v) construir um setor privado e uma economia diversificada.

Na área da educação, o programa está estruturado em torno de três componentes: (i) aumento do acesso, equidade e conclusão, (ii) melhoria da qualidade e relevância e (iii) fortalecimento da gestão e governança. O alcance destes objetivos passará pela implementação de políticas públicas, que visem

construir um sistema educacional de qualidade orientado para o emprego. Embora se tenha verificado progressos nos últimos anos, os desempenhos globais apresentam ainda margens importantes de progresso, por um lado, graças ao acesso universal ao ensino primário e, por outro, devido à formação da mão-de-obra pronta para o emprego. A educação nacional sofre igualmente dum défice de visão estratégica a longo prazo.

A baixa proporção de professores qualificados no sistema educacional (somente 39% de professores qualificados nas escolas primárias) e o número elevado de estudantes por professor (1 professor para 52 alunos) são também obstáculos a uma educação de qualidade. A rede escolar não chega a todo o território, apresenta infraestruturas antigas e sem equipamentos adequados a aprendizagem, principalmente nas zonas rurais. As taxas de abandono permanecem elevadas, especialmente entre as raparigas. As taxas de conclusão do ensino primário são de 75% para os rapazes e somente de 59% para as raparigas. A falta de infraestruturas de formação profissional e técnica; a falta de participação do sector privado no ensino superior e na formação profissional; a inadequação da formação universitária face as necessidades do mercado de trabalho; e o défice de recursos humanos qualificados representam problemas de acesso ao ensino superior e a qualidade da educação no seu todo.

O desafio do Estado para a próxima década aponta a melhoria do desempenho qualitativo do sistema educacional. As políticas a implementar devem contemplar: a) medidas estruturais, como a redução de situações anormais (equipamentos insuficientes, desrespeito pelo tempo de aprendizagem e a redução de chumbos); b) medidas educacionais: revisão dos currículos (em especial no terceiro ciclo da educação básica, com vistas à educação básica unificada), harmonização e definição de novos currículos (no ensino médio e pré-escolar), formação inicial e contínua de professores e supervisão pedagógica e c) medidas para rever a formação inicial e contínua dos professores em todos os níveis, o que envolverá uma revisão dos currículos, a criação de novas formações, a modernização dos formadores e a profissionalização da formação. O desenvolvimento de um programa de educação continuada com o objetivo de atualizar e certificar professores; d) medidas locais de gestão da qualidade acompanhadas por uma organização muito descentralizada de capacitação

contínua e apoio aos professores em seus estabelecimentos, atendidos principalmente por inspetores, grupos de estudo e coordenadores de disciplina (República da Guiné-Bissau, 2020, pp.39-40).

A questão da Educação Inclusiva foi assim integrada no Plano Setorial de Educação (PSE) em torno de 3 eixos: acessibilidade, identificação de crianças com deficiência e formação de atores. Esses eixos foram operacionalizados no plano trienal 2017-2020, mas de forma bastante vaga e precisam ser especificados em um plano de ação específico para a educação inclusiva.

As orientações do Plano Sector da Educação sobre a Educação Inclusiva, permitem ao Ministério da Educação progredir na sua capacidade de implementar uma política educacional que integre a Educação Inclusiva, em particular através do conjunto de objetivos primários de produzir uma visão geral da situação de crianças com deficiência na Guiné-Bissau (*Handicap Internacional*).

Em 2020 foi criada, no Ministério da Educação e Ensino Superior, a Direcção-Geral de Educação Inclusiva (DGEI), para aumentar a importância do tema na Guiné-Bissau, reforçando assim, o interesse na esfera pública que conta com apoio dos seus parceiros UNICEF, PLAN INTERNACIONAL, HANDICAP entre outros, na implementação do plano inclusivo.

Em 2015 foi elaborado um conjunto de normas de plano estratégico para melhoria de qualidade de ensino assinado pelo Governo para implementação de reforço de plano setorial da educação, onde o Programa Sectorial da Educação, tem o papel de enunciar as políticas e estratégias da implementação que são:

Estratégia 1: Prosseguir a escolarização universal de base de qualidade alargando o ensino básico em conformidade com a lei de bases e zelando pela redução das disparidades;

Estratégia 2: Melhorar a qualidade e a pertinência do ensino/aprendizagem a todos os níveis;

Estratégia 3: Desenvolver formações adequadas às necessidades de um desenvolvimento económico inclusivo do país ao nível do ensino técnico, profissional e superior;

Estratégia 4: Reforçar a governança do sector melhorando a monitorização, a coordenação, a descentralização e a gestão financeira.

Das estratégias acima mencionadas, relativamente a Educação Inclusiva é necessário que o governo assume o compromisso para que os diferentes pares interessados no plano estratégico possam promover a Educação Inclusiva em todo o território Nacional, sabendo que ainda há desafios para ser superados.

Capítulo II – Enquadramento Metodológico

Neste capítulo apresenta-se a metodologia adotada, tendo em conta os objetivos gerais e específicos do estudo. Nele apresenta-se globalmente a Escola do Ensino Básico em que decorreu o estudo, os participantes no estudo bem como os métodos de recolha e análise de dados e os procedimentos éticos.

Objetivos de Investigação

O principal objetivo deste estudo é conhecer as dificuldades de inclusão enfrentados pelos alunos da Escola do Ensino Básico Bengala Branca, em Guiné-Bissau, tendo por contexto as políticas educativas nacionais. Neste sentido, os objetivos gerais e específicos relacionam-se com as características e as estratégias implementadas pela escola no processo de ensino e de aprendizagem.

Tendo por enquadramento a educação inclusiva definimos com principal objetivo deste estudo: avaliar e analisar as principais perspetivas dos docentes em relação à inclusão de alunos com necessidades específicas, em especial com deficiência visual na Guiné-Bissau.

Nesta ótica, os objetivos gerais e específicos do estudo, apresentam-se da seguinte forma:

Objetivos Gerais:

1- Conhecer as perspetivas dos docentes em relação ao processo de inclusão educativa em Guiné-Bissau;

2- Compreender as perceções dos professores sobre o processo inclusivo dos alunos com deficiência visual.

Objetivos Específicos:

1- Identificar os constrangimentos dos professores no processo de inclusão educativa dos alunos na Escola do Ensino Básico Bengala Branca;

2- Identificar as práticas pedagógicas dos professores no processo de inclusão educativa dos alunos na Escola do Ensino Básico Bengala Branca.

Estes objetivos gerais e específicos são entendidos como um ponto de partida para o campo de pesquisa (Flick, 2005), desencadeando um olhar sobre a complexidade dos fenômenos educativos.

Natureza da Investigação

Este estudo é de caráter qualitativo em que procuramos fazer uma abordagem interpretativa dos dados descritos (Bogdan & Biklen, 1994), assumindo as cinco características definidoras da investigação qualitativa: (i) o investigador é o instrumento principal e a fonte direta dos dados é o ambiente natural; (ii) é descritiva; (iii) a relevância do processo em relação ao produto; (iv) a análise dos dados de forma indutiva; (v) o valor da significação dos dados.

Nesta etapa do trabalho são tratados as evidência, as estratégias metodológicas utilizadas para desenvolver a presente pesquisa, visando atender aos seus objetivos gerais e específicos. A metodologia deste trabalho está de acordo com os pressupostos do estudo de caso com incidência em profissionais de educação que conhecem de perto os desafios enfrentados pelas crianças com necessidades específicas, enquadradas na Lei de Base do Sistema Educativo guineense (LBSE, 2010).

A reflexão sobre a necessidade de implementação do processo inclusivo, nas escolas da Guiné-Bissau, permite aceder à compreensão das dificuldades sentidas pelos professores na inclusão dos alunos com necessidades específicas nas escolas. Este conhecimento pode contribuir para minimizar as dificuldades encontradas, o que poderá contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e de aprendizagem das crianças com necessidades específicas do país.

A abordagem qualitativa, conforme suas técnicas de análise dos dados, admite a captação de informações importantes para a compreensão do contexto educativo. Ainda, permite que sejam alcançados significados complementares, de forma mais espontânea, sem interferência do pesquisador, permitindo ir além do caráter descritivo, procurando explicar os factos do contexto sociocultural dos participantes (Bogdan & Biklen, 1994).

Participantes

Os participantes no estudo integram-se no corpo docente da Escola de Ensino Básico Bengala Branca (EEBBB). Importa caracterizar de modo global a Escola, neste contexto, para posteriormente referir as características de cada um dos docentes participantes no estudo.

A Escola de Ensino Básico Bengala Branca oferece oportunidade para os alunos com necessidades educativas específicas, aprendendo na base de inclusão, pois em todos os anos escolares assegurados neste estabelecimento de ensino, há alunos com deficiência partilhando a mesma sala, mesma matéria, mesmo professor com os alunos sem deficiência (Relatório Agrice, 2020).

A Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos (AGRICE) é uma organização que lida com as pessoas desfavorecidas na sociedade, por esta razão as suas ações visam essencialmente estimular a participação desta camada no processo do desenvolvimento comunitário, nos aspetos de educação, saúde, cultura, desporto, de forma a demonstrar o seu potencial enquanto sujeitos detentores de valores que só podem ser apreciados através da sua participação na vida ativa.

A Escola Bengala Branca iniciou o seu funcionamento no ano letivo 2002/2003, em um dos pavilhões da Escola do Ensino Básico Unificado (EBU) Salvador Allende, na altura funcionando exclusivamente como uma escola especial, só atendia os alunos com deficiência visual e com deficiência auditiva.

A partir do ano letivo 2006/2007 existiu uma rotura com esta conceção, na qual a ASGB (Associação dos Surdos da Guiné-Bissau) passou a encarregar dos alunos com deficiência auditiva e a AGRICE, uma organização que representava todos os alunos com deficiência, já representando os alunos cegos e um número reduzido dos surdos. Neste novo cenário (criação de duas organizações que advogam a favor das crianças com deficiências), a Escola Bengala Branca transferiu-se para outra localidade pertencente à comunidade de Bissau, onde desenvolveu as atividades educativas durante o ano letivo 2006/2007.

No ano seguinte, a escola foi definitivamente transferida, pois foi construída na comunidade de Bissaquel, graças ao apoio da Cooperação Portuguesa. A administração da instalação escolar está sob a responsabilidade de AGRICE. O Ministério de Educação Nacional coparticipa com a colocação e pagamento de salário aos professores e serviços de inspeção. No que desrespeita ao transporte dos alunos, a escola dispõe de dois minis autocarros, que transporta os alunos e os professores para escola. A gestão destas duas viaturas é suportada parcialmente pela Cooperação Portuguesa.

Todos os anos a escola celebra o dia 15 de outubro como o dia do aniversário da escola, pois coincide exatamente com o Dia Mundial da Bengala Branca. A celebração deste dia, simboliza um dia da reflexão sobre a autonomia locomotiva das pessoas com deficiência visual.

Esta escola dispõe de salas de aulas com dimensões razoáveis em conformidade com os padrões exigidos pelo Ministério de Educação Nacional. Nota-se que a Escola tem quatro pavilhões, dez salas, das quais sete funcionam como salas de aulas regulares, uma como biblioteca, uma como sala de música e uma como CRE (Centro de Recursos Educativos). Além das salas, na parte administrativa dispõe de quatro gabinetes, onde funciona a direção da escola.

No decorrer do ano letivo, a Escola Bengala Branca realiza várias atividades de enriquecimento cultural, curricular e profissional, entre elas: (i) Seminário de capacitação dos professores em matéria do sistema de escrita Braille, (ii) Língua Gestual, Planificação e Gestão Escolar; (iii) Comemoração de 15 de outubro (Dia Internacional de Bengala Branca); (iv) Atividades recreativas (desporto infantil, récitas de poesias infantis, concurso de escrita e canção); (iv) Avaliação diagnóstica, avaliação sumativas dos três trimestres do ano; (v) Excursão escolar a nível da comunidade, entre outros.

A Escola Bengala Branca tem uma boa colaboração com o Ministério da Educação Nacional, regularmente recebe a visita de inspeção do Ministério com o propósito de supervisionar a situação do funcionamento da escola. A instalação escolar dispõe de água potável, treze cabines de casas de banho com aparelhos

sanitários adequados, dez cabines de casa de banho para os alunos, duas cabines para o pessoal docente e uma para a direção da escola.

A Escola do Ensino Básico Bengala Branca é uma instituição escolar com algumas singularidades comparativamente com as escolas regulares, o atendimento pedagógico aos alunos com necessidades específicas exige uma flexibilidade adicional do professor, o conhecimento sobre o conceito básico da deficiência, da educação inclusiva, por isso é indispensável todos os anos promovem seminários aos professores nesta temática.

No entanto, tendo em conta algumas dificuldades financeiras, a escola não consegue cumprir com alguns obrigações todos os anos. Os pequenos fundos provenientes das cobranças são revertidos para as despesas como combustíveis para as viaturas, compra de produtos de limpeza, pagamento do pessoal auxiliar, pagamento de luz e compra de alguns consumíveis interno.

Após a obtenção das devidas autorizações, por parte da direção da Escola do Ensino Básico Bengala Branca, quatro professores voluntariaram-se para participar no estudo:

Professor Um [P01] – Professor na Escola do Ensino Básico Bengala Branca desde 2007. Bacharel em Ensino Básico e licenciado em Gestão dos Recursos Humanos. Tem 16 anos de serviço como docente. Leciona no 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos). Professor de Educação para a Cidadania. Leciona quatro turmas (duas do 7.º ano, uma do 8.º ano e uma do 9.º ano).

Professor Dois [P02] – Professor na Escola do Ensino Básico Bengala Branca desde 2012. Formado em História e Geografia. Tem 10 anos de serviço como docente. Leciona no 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos). Professor de História e Geografia. Leciona quatro turmas (duas do 7.º ano, uma do 8.º ano e uma do 9.º ano).

Professor Três [P03] – Professor na Escola do Ensino Básico Bengala Branca desde 2012. Licenciado em Administração Pública e Economia Social. Tem 12 anos de serviço como docente. Leciona no 2.º ciclo (5.º e 6.º anos). Professor de Português. Leciona quatro turmas.

Professor Quatro [P04] – Professor na Escola do Ensino Básico Bengala Branca desde 2018. Formado em Física e Matemática. Tem 6 anos de serviço como docente. Leciona no 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos). Professor de Física e Matemática. Leciona quatro turmas.

Instrumentos de Recolha de Dados

O principal instrumento de recolha de dados utilizado foi uma entrevista com características de semiestruturada, sendo que acabou por se tornar estruturada, aplicada aos professores participantes no estudo, sendo estas entrevistas realizadas em forma de questionário com as correspondente perguntas abertas e através de correspondência eletrónica. Tendo em vista a natureza do estudo, os professores entrevistados, por escrito através do correio eletrónico, essenciais na identificação da realidade educativa, dado o carácter investigativo e descritivo deste estudo, acentuamos ênfase na evidência e nos significados dados pelos participantes.

Inicialmente foi construído um Guião de uma entrevista semiestruturada com seis categorias (Informações Gerais, Serviço Docente, Aspetos Financeiros, Aspetos Pedagógicos, Educação Inclusiva, Finalização) e as correspondentes questões:

Categorias	Questões
Informações Gerais	Exerce as funções de professor da Escola Bengala Branca desde quando? Qual a sua especialidade enquanto professor ou educador? Há quantos anos exerce funções como professor ou educador?
Serviço Docente	Quantos anos de escolaridade ou níveis educativos leciona na Escola Bengala Branca? Em que áreas disciplinares exerce funções? Leciona em quantas turmas de crianças e jovens? Com quantas crianças e jovens por turma? Quais as principais características positivas da Escola Bengala Branca? Quais as principais dificuldades na Escola Bengala Branca?

Aspetos Financeiros	<p>Para além de ser professor na Escola Bengala Branca trabalha em outros locais? Se sim, em quais? Quantas horas trabalha por dia?</p> <p>Quais as principais dificuldades financeiras que tem enquanto professor na Escola Bengala Branca?</p>
Aspetos Pedagógicos	<p>Quais os principais objetivos do projeto educativo da Escola Bengala Branca? Pode dar exemplos?</p> <p>Como são envolvidos os professores no projeto educativo da Escola Bengala Branca?</p> <p>Como são envolvidos os pais e as famílias no projeto educativo da Escola Bengala Branca?</p> <p>Qual a formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas? Pode especificar?</p> <p>Quais as principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com as crianças ou alunos na sala de aula? Pode justificar as áreas prioritárias?</p> <p>As crianças com deficiência cognitiva e motor estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?</p> <p>As crianças com deficiência visual estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?</p> <p>As crianças com deficiência auditiva estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?</p> <p>Os docentes dão especial atenção aos alunos com capacidades excecionais ou com dificuldades?</p> <p>Há diversidade de estratégias para responder adequadamente a diferentes alunos e grupos?</p> <p>O acompanhamento que é feito aos alunos tem em conta as suas características e ritmos? De que modo?</p>
Educação Inclusiva	<p>A Escola Bengala Branca promove formação específica aos professores? Que tipo de formação?</p> <p>Como caracteriza a Escola Bengala Branca no que respeita à educação inclusiva? Pode dar exemplos?</p> <p>Considera que os professores promovem a inclusão educativa de todas as crianças e jovens? Pode dar exemplos?</p> <p>Como são envolvidos os pais e as famílias das crianças no processo de inclusão na Escola Bengala Branca?</p>

Finalização	<p>O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento da Escola Bengala Branca?</p> <p>O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades da Escola Bengala Branca?</p>
--------------------	--

Posteriormente, as questões foram isoladas e enviadas em ficheiro word, através do correio eletrónico, para os professores participantes. Foi programado uma data para envio de questionários e recolha de informações, com objetivo de pesquisa, contudo o processo prolongou-se por dificuldades de comunicação. Os professores participantes responderam a cada uma das questões, como se se tratasse de um questionário, neste sentido o guião assumiu as características de uma entrevista estruturada, e responderam com a sua própria letra nos espaços existentes entre as diferentes questões impressas em suporte papel. Os documentos foram posteriormente digitalizados e enviados em retorno para a investigadora.

Análise dos Dados

As entrevistas foram transcritas para análise dos dados (Apêndices I a IV). Foi realizada uma leitura ampla de todo o material obtido. Em seguida, realizou-se a análise de conteúdo, isolando os dados caracterizadores de cada um dos participantes, tendo por princípio: (i) a identificação dos temas e respostas de acordo com os conteúdos apresentados; (ii) a categorização das respostas, que representam o conjunto de ideias comuns ao grupo pesquisado.

Procedeu-se a uma organização do material por etapas, de modo a identificar as contribuições dos participantes para uma melhor compreensão de forma como os professores entendem a inclusão escolar. E assim, procura-se destacar os conteúdos observados de forma mais recorrente, tendo em vista que eles representam.

Para atender aos objetivos de pesquisa definidos optou-se por estruturar a análise de dados em três categorias: (i) Escola Bengala Branca; (ii) Pedagogia na Escola Bengala Branca e (iii) Educação Inclusiva na Escola Bengala Branca.

Procedimentos Éticos

Todos os dados recolhidos são, singular e unicamente, para fins de investigação, considerando todos os meios de confidencialidade e anonimato dos participantes no estudo. Os mesmos estão anonimizados, indicados apenas como professor um, dois, três e quatro.

Relativamente procedimento éticos do dados recolhidos está garantida a total confidencialidade e a utilização e seu tratamento pela Universidade do Algarve, com um período de retenção dos dados sendo o mínimo necessário para a realização do estudo, correspondendo desta forma aos termos e condições da Política de Proteção de Dados.

Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados

Neste capítulo são apresentadas as experiências vividas referente à educação inclusiva das pessoas com deficiência visual, na Escola do Ensino Básico Bengala Branca, através da fala dos professores participantes no estudo.

Escola Bengala Branca

As características arquitetônicas da Escola do Ensino Básico Bengala Branca, apesar do espaço reduzido – “A escola dispõe de um espaço muito pequeno” [P02] –, são apontadas pelos professores como uma mais-valia no âmbito do contexto guineense:

As características positivas [da Escola] têm que ver com a sua estrutura física, a singularidade em relação a outras do país [P01].

A escola foi construída respeitando o princípio da inclusão o que permite a facilidade de mobilidade aos alunos e professores com deficiência [P02].

Além das características do edifício da Escola do Ensino Básico Bengala Branca existe também uma forte filosofia de inclusão das crianças com deficiência:

Atende as necessidades escolares dos alunos com certas vulnerabilidades [P01].

As principais características positivas da Bengala Branca são: 1.^a Não há diferença entre as pessoas com deficiência visual com videntes; 2.^a Os professores transmitem a ambos sem exceção [P04].

Contudo, a falta de recursos materiais específicos para as crianças com necessidades específicas constitui uma dificuldade para a promoção da aprendizagem:

A disfuncionalidade do Centro de Recursos Educativos, por falta de equipamentos [P01].

Falta do centro de informática para os alunos invisuais [P01].

Falta de materiais para alunos deficientes [P02].

Dificuldade de máquina de impressão de Braille [P04].

Para além da falta de recursos materiais específicos existe também escassez de recursos financeiros, para atender a algumas necessidades suplementares das crianças com necessidades específicas, como no caso dos transportes:

A falta de condições financeiras para suportar as despesas para manutenção das viaturas e da compra de combustível, isso motiva muita das vezes a interrupção das aulas [P01].

[Falta] de viatura[s] [P04].

A falta de recursos materiais e financeiros, constitui também uma significativa complexidade para os professores, enquanto profissionais de educação, dependentes dos seus rendimentos salariais num contexto económico e social de carência:

As maiores dificuldades devem-se à falta ou melhor à demora do subsídio que é pago em apoio ao transporte dos funcionários. O salário não cobre as necessidades, então recebendo o subsídio regularmente seria um suplemento, o que não está sendo caso [P01].

Não pagamento atempado do subsídio [P02].

Demora em pagar salário e subsídios, às vezes até 5 meses de atraso [P03].

Dificuldades é que sou contratado aqui, e o contratado só recebe o subsídio de 35.000 francos, por isso dificuldades são enormes [P03].

Dificuldades de pagar os funcionários atempadamente do referido estabelecimento [P04].

Para minimizar as dificuldades financeiras, alguns professores recorrem a múltiplos empregos, trabalhando diariamente um número significativamente superior ao horário normal dos docentes:

Sim, durante o dia, trabalho alternadamente, às vezes, 4 horas como professor, mas também como um dos responsáveis da direção [P01].

Sim trabalho. Centro Escolar Educando. Trabalho 10 horas por dia [P02].

Sim, trabalho noutra escola chamada Centro Infor-Byte. E eu trabalho por dia oito horas e trinta minutos [P04].

Apesar de todas as dificuldades apontadas, os professores salientam o envolvimento dos profissionais e o percurso que tem sido conseguido por este estabelecimento escolar e a necessidade de um maior conhecimento do seu impacto na vida dos alunos e das famílias:

Os professores participam ativamente em todas actividades da escola [P02].

Para melhor conhecer a escola Bengala Branca seria manter uma interação mais regular com os alunos e professores sobre o que a escola tem mudado nas suas vidas. A organização interna, os seus principais apoiantes [P01].

Um dos professores aponta para um maior envolvimento do Estado com a Escola Bengala Branca e, por sua vez, uma maior responsabilidade política desta escola para confrontar o governo guineense nas suas políticas de inclusão:

É mais envolvimento do Estado na divulgação da educação inclusiva, dar uma especial atenção aos técnicos que trabalham na escola Bengala Branca [P02].

[A Escola Bengala Branca devia] promover encontros sobre educação inclusiva permitindo que haja debates sobre funcionamento da escola, no final produzir as resoluções finais para entregar ao governo [P02].

A singularidade da instituição escolar é referida como uma característica positiva no contexto do país, e como uma possível referência política no contexto da inclusão, apesar das dificuldades, particularmente financeiras, para acudir atempadamente à remuneração dos docentes, aos encargos com os transportes e à aquisição de recursos didáticos e pedagógicos específicos.

Pedagogia na Escola Bengala Branca

O currículo desta Escola de Ensino Básico é similar ao restante modelo educativo com um plano curricular assente nas línguas, nas ciências, nas expressões e nos valores:

As principais áreas do conhecimento são a das Ciências, línguas (português, inglês e francês), ciências exatas (matemática, física) e também em valores [P01].

Língua portuguesa, Matemática, História, Geografia, Educação para a Cidadania, Biologia, Física, Francês, Inglês, Ed. Visual, Ed. Física. As áreas prioritárias são língua portuguesa e Matemática [P02].

Português, Matemática e Ciências integradas. Trabalho com português [P03].

As principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com os alunos são: área educativa e sociais [P04].

A falta de recursos financeiros para a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos específicos para as crianças com necessidades específicas assume uma natureza mais ampla, no país, de natureza pedagógica, nomeadamente pela inexistência dos mesmos recursos:

A falta de materiais didáticos para os alunos com necessidades, estes não existem à venda no país [P01].

O conhecimento profissional específico na educação especial dos professores é um défice dos docentes:

Todos os professores são formados em metodologias tradicionais do ensino [P01].

Os próprios professores sentem-se fragilizados no ensino com as crianças com necessidades específicas:

[Os professores apresentam] alguma dificuldade ou alguma reserva por razões de falta de conhecimento aprofundado para este efeito [ensinar a crianças com deficiência] [P01].

Contudo, existe um esforço permanente da Escola Bengala Branca em ações de formação destinadas aos professores sobre inclusão e metodologias específicas, nomeadamente a escrita Braille:

[Os professores] sofrem diferentes seminários para aquisição de conhecimentos específicos sobre a forma de ensinar as crianças com necessidades educativas especiais, sobretudo em Braille e Língua Gestual [P01].

Formações em forma de seminário para o aprofundamento da escrita de Braille, planificação para aplicação de plano de ensino individual. Didática da matemática e da língua portuguesa, etc. [P01].

A formação foi através de seminários de capacitação que a direcção da escola organiza todos os anos, no período das férias (...) formação no domínio da escrita [P02].

Na área científico (Braille português didática) [P03].

A formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas é assistir seminários a fim de aprender o Braille no sentido poder transmitir às crianças de melhor forma [P04].

Todavia, a formação existente, parece ser insuficiente para as necessidades ou vontades do corpo docente:

Só os seminários, que às vezes acontecem, nem sempre, às vezes passam cinco anos sem acontecer [P03].

[É necessário] formação dos professores pedagogia e Braille [P03].

Neste sentido existe uma necessidade do corpo docente de formação, particularmente com um foco na educação inclusiva:

[Os professores] são envolvidos através de um programa de formação em metodologia de ensino inclusivo, tendo nas turmas do 1.º ciclo um professor titular e auxiliar [P01].

Procurar bolsas de estudo na área de educação inclusiva para melhorar esse ensino no país [P03].

Dar formação sucessivamente aos seus professores; ter técnicos especializados na área de inclusão [P04].

Gostaria, a escola Bengala Branca que capacite sempre os seus docentes no âmbito de ter domínio na escrita Braille, isso se facilita na transmissão no âmbito da inclusão [P04].

Este permanente esforço de formação dos professor tem resultado numa diferenciação pedagógica no ensino dos alunos:

Aplicação do método de ensino individualizado, turmas de reabilitação em caso o aluno adquire a deficiência depois de ter experimentado a escola com outra escrita [P01].

Claro que os professores utilizam várias estratégias para diferentes tipos de alunos ou grupos de alunos [P02].

Através de um plano individual elaborado tendo em conta as dificuldades apresentadas pelo aluno [P02].

A ação pedagógica desta instituição inclui as famílias e a comunidade como parceiros educativos:

[A presença da família] através das reuniões regulares com a direção da escola. Contacto com os professores dos seus filhos [P01].

Não há uma forma de envolvimento direto dos pais e das famílias além das reuniões periódicas, mas está em perspetiva a criação de uma estrutura na escola que o papel ativo dos pais [P01].

Os pais e famílias envolvem participando nas reuniões convocadas pela direcção da escola. Acompanham o dia a dia do trabalho da escola. Escolas – as sensibiliza sobre a importância da escola [P02].

Através das reuniões regulares que a escola realiza com pais e encarregados de educação [P02].

O envolvimento dos pais, familiares e comunidade também depende da natureza das necessidades específicas e da história particular do aluno:

Sim, depende como o aluno adquiriu a deficiência e qual a sua relação a família, conhecer o nível de afeto com a comunidade onde vive [P01].

Enviando e encorajando os filhos a envolver-se nessa educação na escola [P03].

Os pais, familiares e comunidade também assumem um papel de definidores do projeto educativo e de reguladores da própria ação da Escola Bengala Branca:

Os pais e as famílias são envolvidos no projeto educativo da escola Bengala Branca para ajudar a corrigir as falhas que ora se verifica na escola [P04].

Eles são envolvidos na área de fiscalização no âmbito geral da escola, isto é, controlar a evolução em termos de rendimento [P04].

Os principais aspetos de natureza pedagógica a realçar decorrem da necessidade de formação específica dos docentes, particularmente em inclusão dos diferentes alunos na sala de aula e do papel das famílias no acompanhamento e regulação do rendimento escolar dos alunos.

Educação Inclusiva na Escola Bengala Branca

As características históricas da Escola do Ensino Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau, como pioneira neste contexto, transforma esta instituição de ensino numa referência no campo da educação inclusiva:

Considero como berço da educação inclusiva no país, mas ainda em fase de desenvolvimento, com fortes necessidades de formação dos docentes [P01].

A escola Bengala Branca é a primeira na educação inclusiva, tem professores com uma larga experiência neste tipo de ensino. Possui uma infraestrutura com condições razoáveis que permite a mobilidade dos alunos com deficiência [P02].

Durante a sua criação, já passou 155 pessoas com deficiência nessa escola e já conta com mais de 4 pessoas formadas [P03].

Atendendo ao passado da instituição, a primeira prioridade tem sido a integração social das pessoas com deficiência visual:

Reabilitação e integração social dos cegos através da educação e formação profissional [P03].

Integração das pessoas com deficiência visual na sociedade; ter mesmo direito com videntes [P04].

A educação inclusiva é assumida pelo projeto educativo da Escola do Ensino Básico Bengala Branca particularmente tendo em atenção a possibilidade educativa das crianças com deficiência:

Garantir as condições básicas para inclusão social das pessoas com deficiência e dos grupos vulneráveis no processo de desenvolvimento [P01].

[O propósito da Escola Bengala Branca é] promover a inclusão e sucesso acadêmico das pessoas com deficiência e sua integração social [P02].

As leis são para todos sem diferença [P03].

Os professores são envolvidos no projeto educativo da escola Bengala Branca para sensibilizar quer invisuais como videntes a forma de integrar no mundo de globalização [P04].

Particularmente as crianças invisuais, mas também com outras características:

Sim, as crianças com deficiência estão integradas com outras na sala, embora não têm evidências de alguma anomalias cognitivas, a maioria são as com deficiência visual [P01].

Dada a natureza e história do estabelecimento escolar a grande maioria das crianças com deficiência são invisuais:

Sim estão integradas e constituem a maioria do grupo das crianças com deficiência que estudam na escola [P01].

Contudo, existem também crianças com deficiências auditivas e outras situações:

Estão integradas [surdas], mas em número muito reduzido [P01].

Partilha da mesma turma entre todos alunos [P02].

Estão integradas com outras crianças em sala de aula [P04].

Qualquer actividade a realizar para as crianças incluem todas as crianças uma vez que faz parte da escola [P04].

A existência de uma escola especializada na deficiência auditiva constitui um entrave ao assumir da integração de todas as crianças independentemente das suas características:

A direção entende que [as crianças com deficiência auditiva] podem encaixar-se melhor na escola de Surdos da Guiné-Bissau [P03].

A escola Bengala Branca funcionava com essa natureza das crianças [deficiência auditiva], mas, agora não, e também se integravam com outras [P04].

O trabalho com os alunos com deficiência, particularmente visual, é proficua correspondendo à aprendizagem esperada, contudo mais lenta devido à natureza da escrita:

O nível de assimilação dos alunos com deficiência justifica os trabalhos dos professores. A maioria dos alunos com deficiência corresponde com expectativa [P01].

A escrita Braille é mais lenta em relação a tinta. [É difícil] equilibrar a turma em todo o ensino e educação [P03].

Contudo, os professores dedicam igual empenho profissional a todos os alunos, com o propósito de equidade educativa:

Eles dão especial atenção tanto aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades com todo amor [P04].

Quer dizer é uma escola que não se exclui; sempre inclui todas as pessoas para estar ao pé de igualdade [P04].

A especialização histórica da Escola do Ensino Básico Bengala Branca constitui uma dificuldade na verdadeira inclusão de toda e qualquer criança no processo educativo em contexto de permanente convívio entre todos. Esta situação ainda veio ser mais salientada ao surgir uma escola de referência para as crianças com deficiência auditiva. A ação da escola tem sido de inclusão plena de todos, mas com foco na integração social das pessoas com deficiência visual.

Este percurso de conhecer e analisar, através da construção de uma narrativa, de como ocorre o processo de inclusão escolar de aluno com deficiência visual na Escola do Ensino Básico de Bengala Branca em Guiné-Bissau, remete-nos para a compreensão da avaliação e da prática educativa no contexto guineense, ou seja, permite-nos compreender a realidade e a precariedade do funcionamento do sistema de ensino do país, o qual deve ser melhorado para que os alunos possam estudar em condições favoráveis. Neste sentido, assemelha-se sustentável sugerir que, com os atuais desafios, a escola não deve continuar a ser vista tradicionalmente como um espaço onde se dá aulas, mas sim, deve ser um lugar onde se preparam pessoas capazes para um futuro melhor (Garcia, 2013).

Conclusões

Como conclusão deste trabalho, entende-se que para concretizar a educação inclusiva na Guiné-Bissau é necessário o envolvimento do Ministério de Educação, que é entidade responsável pela gestão das políticas educativas no país, mas também o envolvimento dos outros setores da educação e o empenho dos diretores das Escolas, dos professores, dos representantes dos alunos e dos encarregados de educação, ou seja, toda sociedade em geral.

O estudo permitiu alcançar o objetivo principal que era conhecer e refletir sobre a perceção dos docentes acerca da educação inclusiva na Guiné-Bissau, focando na inclusão do aluno com deficiência visual na Escola de Ensino Básico Bengala Branca. Ao analisar a inclusão escolar, de acordo com os professores entrevistados, nota-se um esforço comum para promoção da inclusão nas escolas. Este esforço está centrado nos professores que estão diretamente ligados a estes alunos, apesar das dificuldades financeiras e da falta de recursos didáticos específicos para o ensino e para a aprendizagem destas crianças.

Para além das dificuldades manifestadas pelos professores, surgem as problemáticas sociais da educação inclusiva nas escolas do ensino básico guineense, como as vulnerabilidades económicas dos familiares, a distância de localidade, entre a escola e a casa dos alunos, o desconhecimento da temática da inclusão escolar por parte dos pais e encarregados da educação das crianças com necessidades específicas, face aos desafios de inclusão escolar. Neste contexto, a falta de implementação de políticas claras para a inclusão escolar; a carência dos professores formados na área; falta de infraestruturas adequadas; falta de interação e estímulo com os alunos com necessidades educativas específicas, ou seja, ausência de pedagogia estruturada; constitui o principal obstáculo à inclusão educativa no contexto guineense.

Percebeu-se, ainda, que se regista uma falta de sensibilização da sociedade face à inclusão, uma desorganização do sistema em termos dos intervenientes da inclusão escolar na Guiné Bissau, a falta de vontade política, a falta de formação científica consistente dos recursos humanos nesta matéria, a ausência de planos e programas que orientam a intervenção do pessoal no terreno, com isso, as

formações acontecem por uma vontade própria de cada docente, e ainda muito centrada na teoria, sem uma articulação prática no desenvolvimento do currículo.

Assim, é necessário proteger as crianças com necessidades específicas, minimizar a exclusão destas crianças, sensibilizar as pessoas para a inclusão, estimular as crianças com mais necessidades, realizar um trabalho que promova uma melhor orientação aceitável no ambiente familiar, adotar as técnicas capazes de sensibilizar as crianças sobre os seus direitos e deveres e, por fim, formar agentes educativos para que exerçam o seu papel socioeducativo.

Referências Bibliográficas

- Barreto, M. A. (2012). Reformas Recentes no Sistema Educativo da Guiné-Bissau: Compromisso entre Identidade e a Dependência. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. <https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p04c04-antc3b3nia-barreto.pdf>
- Bedeta, G. B. (2013) Políticas Educativas na Guiné-Bissau. (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto).
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Cá, L. O. (2007) *A contribuição de Paulo Freire na Organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau*. Publit.
- Correia, D. C. (2017). Educação Inclusiva em Guiné-Bissau - 2009 a 2016: Trajetórias Escolares e Ausência do Estado. (Dissertação de Bacharel, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, Brasil).
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor.
- Garcia, R.M.C. (2013). Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 18 (52), 101-139.
- Grilo, E. M. (1999). *Intervenções 96/99 – Política e Acção na Área Educativa*. Ministério da Educação.
- Handicap Internacional (2021). *Desenvolvimento de uma estratégia e um plano de ação nacional de educação inclusiva para a Guiné-Bissau*. https://www.coordinationsud.org/wp-content/uploads/E41-2020DAKA-144_TDR_Consultant-EI_Pt.pdf

Liga Guineense dos Direitos Humanos (2013). *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010 -2012*. <https://fecongnd.org/pdf/crianca/Relatorio%20Liga%20Guineense%20dos%20Direitos%20Humanos%202012.pdf>

Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional/Instituto Nacional de Estatística e Censos (Guiné-Bissau) (2009). *Recenseamento Geral da População e Habitação Guiné-Bissau (III RGPB/2009)*. <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z>

Ministério da Economia e das Finanças/ Instituto Nacional de Estatística (INE). (2018). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística 2018-2020 - Resumo do Relatório Final*. https://paris21.org/sites/default/files/2018-10/Guine-Bissau_ENDE_Resumo_PT_print_final.pdf

Ministério da Educação e Ensino Superior (2017). *Plano Setorial da Educação (2017/2025)*.

Nanque, J. C. (2022). Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau: *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, 2 (2), 263–284. <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1062>

ONU (2006). Convenção mais recente sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

MENCCJD Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos/República da Guiné-Bissau (2010). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. <https://fecongnd.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>

República da Guiné-Bissau (2015). *Guiné-Bissau 2025 - Plano estratégico e operacional 2015-2020 “Terra Ranka”, Documento II: Relatório Final*. <https://docplayer.com.br/65863401-Republica-da-guine-bissau.html>

- República da Guiné-Bissau. (2020). *Relatório Final. Implementação do Programa de Acção de Istambul na Guiné-Bissau 2011-2020*. https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org.ldc5/files/guine_bissau_ipoa_national_report.pdf.
- Rodrigues, D. (2014). Os desafios da Equidade e da Inclusão na formação de professores. *Revista nacional e internacional de educación inclusiva*, 7 (2), 5-21.
- Sané, S. (2018). Os Desafios da Educação na Guiné-Bissau. *Revista Temas em Educação*, 27 (1), 55-77. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.39717>
- Siga, F. (2020). Educação Básica Formal na Guiné-Bissau, Acesso, Permanência, Desafios e Perspectivas: uma análise de políticas educacionais guineense de 1995 a 2015 (Tese de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- UNESCO (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Declaracao-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>
- Unesco. (2020). *Relatório Mundial sobre a Educação, O Direito a Educação: Uma Educação para Todos Durante Toda a Vida*. UNESCO, Edições ASA.

Índice de Apêndices

Apêndice I – Transcrição da Entrevista ao Professor Um	51
Apêndice II – Transcrição da Entrevista ao Professor Dois	56
Apêndice III – Transcrição da Entrevista ao Professor Três	61
Apêndice IV – Transcrição da Entrevista ao Professor Quatro	65

Apêndice I

Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Específicas na Escola do Ensino Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau

Entrevista a Professor da Escola Bengala Branca

Informações Gerais:

Exerce as funções de professor da Escola Bengala Branca desde quando?

Sou professor da escola desde 2007.

Qual a sua especialidade enquanto professor ou educador?

Bacharel em ensino básico e licenciado em Gestão dos Recursos Humanos.

Há quantos anos exerce funções como professor ou educador?

Há 16 anos.

Serviço Docente:

Quantos anos de escolaridade ou níveis educativos leciona na Escola Bengala Branca?

Leciono 7.º, 8.º, 9.º ano.

Em que áreas disciplinares exerce funções?

Sou professor de Educação para Cidadania.

Leciona em quantas turmas de crianças e jovens? Com quantas crianças e jovens por turma?

Quatro turmas, 2 de 7.º ano, 1 de 8.º ano e 1 de 9.º ano.

Quais as principais características positivas da Escola Bengala Branca?

As características positivas têm que ver com a sua estrutura física, a singularidade em relação a outras do país. Atende as necessidades escolares aos alunos com certas vulnerabilidades.

Quais as principais dificuldades na Escola Bengala Branca?

A falta de materiais didáticos para os alunos com necessidades, estes não existem à venda no país.

A disfuncionalidade do Centro de Recursos Educativos, por falta de equipamentos.

Aspetos Financeiros:

Para além de ser professor na Escola Bengala Branca trabalha em outros locais? Se sim, em quais? Quantas horas trabalha por dia?

Sim, durante o dia, trabalho alternadamente, às vezes, 4 horas como professor, mas também como um dos responsáveis da direção.

Quais as principais dificuldades financeiras que tem enquanto professor na Escola Bengala Branca?

As maiores dificuldades devem-se à falta ou melhor à demora do subsídio que é pago em apoio ao transporte dos funcionários. O salário não cobre as necessidades, então recebendo o subsídio regularmente seria um suplemento, o que não está sendo caso.

Aspetos Pedagógicos

Quais os principais objetivos do projeto educativo da Escola Bengala Branca? Pode dar exemplos?

Garantir as condições básicas para inclusão social das pessoas com deficiência e dos grupos vulneráveis no processo de desenvolvimento.

Como são envolvidos os professores no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

São envolvidos através de um programa de formação em metodologia de ensino inclusivo, tendo nas turmas do 1.º ciclo um professor titular e auxiliar.

Como são envolvidos os pais e as famílias no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Através das reuniões regulares com a direção da escola. Contacto com os professores dos seus filhos.

Qual a formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas? Pode especificar?

Todos os professores são formados em metodologias tradicionais do ensino, mas sofrem diferentes seminários para aquisição de conhecimentos específicos sobre a forma de ensinar as crianças com necessidades educativas especiais, sobretudo em Braille e Língua Gestual.

Quais as principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com as crianças ou alunos na sala de aula? Pode justificar as áreas prioritárias?

As principais áreas do conhecimento são a das Ciências, línguas (português, inglês e francês), ciências exatas (matemática, física) e também em valores.

As crianças com deficiência cognitiva e motor estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim, as crianças com deficiência estão integradas com outras na sala, embora não têm evidências de alguma anomalias cognitivas, a maioria são as com deficiência visual.

As crianças com deficiência visual estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim estão integradas e constituem a maioria do grupo das crianças com deficiência que estudam na escola.

As crianças com deficiência auditiva estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Estão integradas, mas em número muito reduzido.

Os docentes dão especial atenção aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades?

Sim, mas com alguma dificuldade ou alguma reserva por razões de falta de conhecimento aprofundado para este efeito.

Há diversidade de estratégias para responder adequadamente a diferentes alunos e grupos?

Sim, através da aplicação do método de ensino individualizado, turmas de reabilitação em caso o aluno adquira a deficiência depois de ter experimentado a escola com outra escrita.

O acompanhamento que é feito aos alunos tem em conta as suas características e ritmos? De que modo?

Sim, depende como o aluno adquiriu a deficiência e qual a sua relação a família, conhecer o nível de afeto com a comunidade onde vive.

Educação Inclusiva

A Escola Bengala Branca promove formação específica aos professores? Que tipo de formação?

Formações em forma de seminário para o aprofundamento da escrita de Braille, planificação para aplicação de plano de ensino individual. Didática da matemática e da língua portuguesa, etc.

Como caracteriza a Escola Bengala Branca no que respeita à educação inclusiva? Pode dar exemplos?

Considero como berço da educação inclusiva no país, mas ainda em fase de desenvolvimento, com fortes necessidades de formação dos docentes.

Considera que os professores promovem a inclusão educativa de todas as crianças e jovens? Pode dar exemplos?

Sim, o nível de assimilação dos alunos com deficiência justifica os trabalhos dos professores. A maioria dos alunos com deficiência corresponde com expectativa.

Como são envolvidos os pais e as famílias das crianças no processo de inclusão na Escola Bengala Branca?

Não há uma forma de envolvimento direto dos pais e das famílias além das reuniões periódicas, mas está em perspectiva a criação de uma estrutura na escola que o papel ativo dos pais.

Finalização

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento da Escola Bengala Branca?

Para melhor conhecer a escola Bengala Branca seria manter uma interação mais regular com os alunos e professores sobre o que a escola tem mudado nas suas vidas. A organização interna, os seus principais apoiantes.

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades da Escola Bengala Branca?

A falta de condições financeiras para suportar as despesas para manutenção das viaturas e da compra de combustível, isso motiva muita das vezes a interrupção das aulas, falta do centro de informática para os alunos invisuais.

Apêndice II

Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Específicas na Escola do Ensino Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau

Entrevista a Professor da Escola Bengala Branca

Informações Gerais:

Exerce as funções de professor da Escola Bengala Branca desde quando?

Exerço as funções de professor da Bengala Branca desde ano letivo 2012/2013.

Qual a sua especialidade enquanto professor ou educador?

A minha especialidade é História/Geografia.

Há quantos anos exerce funções como professor ou educador?

Exerço as funções como professor há 10 anos.

Serviço Docente:

Quantos anos de escolaridade ou níveis educativos leciona na Escola Bengala Branca?

Leciono três (3) níveis escolares (7.º, 8.º e 9.º ano).

Em que áreas disciplinares exerce funções?

Exerço as funções nas disciplinas de História e Geografia.

Leciona em quantas turmas de crianças e jovens? Com quantas crianças e jovens por turma?

Leciono nas quatro (4) turmas. Duas do 7.º ano com 25 e 30 alunos respetivamente, uma de 8.º ano com 37 alunos e uma do 9.º ano com 30 alunos.

Quais as principais características positivas da Escola Bengala Branca?

A escola foi construída respeitando o princípio da inclusão o que permite a facilidade de mobilidade aos alunos e professores com deficiência.

Quais as principais dificuldades na Escola Bengala Branca?

A escola dispõe de um espaço muito pequeno. Falta de materiais para alunos deficientes.

Aspetos Financeiros:

Para além de ser professor na Escola Bengala Branca trabalha em outros locais? Se sim, em quais? Quantas horas trabalha por dia?

Sim trabalho. Centro Escolar Educando. Trabalho 10 horas por dia.

Quais as principais dificuldades financeiras que tem enquanto professor na Escola Bengala Branca?

Não pagamento atempado do subsídio.

Aspetos Pedagógicos

Quais os principais objetivos do projeto educativo da Escola Bengala Branca? Pode dar exemplos?

Promover a inclusão e sucesso académico das pessoas com deficiência e sua integração social.

Como são envolvidos os professores no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Os professores participam ativamente em todas actividades da escola.

Como são envolvidos os pais e as famílias no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Os pais e famílias envolvem participando nas reuniões convocadas pela direcção da escola. Acompanham o dia a dia do trabalho da escola. Escolas – as sensibiliza sobre a importância da escola.

Qual a formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas? Pode especificar?

A formação foi através de seminários de capacitação que a direcção da escola organiza todos os anos, no período das férias.

Quais as principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com as crianças ou alunos na sala de aula? Pode justificar as áreas prioritárias?

São: Língua portuguesa, Matemática, História, Geografia, Educação para a Cidadania, Biologia, Física, Francês, Inglês, Ed. Visual, Ed. Física. As áreas prioritárias são língua portuguesa e Matemática.

As crianças com deficiência cognitiva e motor estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim.

As crianças com deficiência visual estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim.

As crianças com deficiência auditiva estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim.

Os docentes dão especial atenção aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades?

Sim.

Há diversidade de estratégias para responder adequadamente a diferentes alunos e grupos?

Claro que os professores utilizam várias estratégias para diferentes tipos de alunos ou grupos de alunos.

O acompanhamento que é feito aos alunos tem em conta as suas características e ritmos? De que modo?

Através de um plano individual elaborado tendo em conta as dificuldades apresentadas pelo aluno.

Educação Inclusiva

A Escola Bengala Branca promove formação específica aos professores? Que tipo de formação?

(...) formação no domínio da escrita.

Como caracteriza a Escola Bengala Branca no que respeita à educação inclusiva? Pode dar exemplos?

A escola Bengala Branca é a primeira na educação inclusiva, tem professores com uma larga experiência neste tipo de ensino. Possui uma infraestrutura com condições razoáveis que permite a mobilidade dos alunos com deficiência.

Considera que os professores promovem a inclusão educativa de todas as crianças e jovens? Pode dar exemplos?

Pois. Ex: Partilha da mesma turma entre todos alunos.

Como são envolvidos os pais e as famílias das crianças no processo de inclusão na Escola Bengala Branca?

Através das reuniões regulares que a escola realiza com pais e encarregados de educação.

Finalização

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento da Escola Bengala Branca?

É mais envolvimento do Estado na divulgação da educação inclusiva, dar uma especial atenção aos técnicos que trabalham na escola Bengala Branca.

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades da Escola Bengala Branca?

Promover encontros sobre educação inclusiva permitindo que haja debates sobre funcionamento da escola, no final produzir as resoluções finais para entregar ao governo.

Apêndice III

Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Específicas na Escola do Ensino Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau

Entrevista a Professor da Escola Bengala Branca

Informações Gerais:

Exerce as funções de professor da Escola Bengala Branca desde quando?

Desde 2012.

Qual a sua especialidade enquanto professor ou educador?

Licenciado na Administração Pública e Economia Social.

Há quantos anos exerce funções como professor ou educador?

Já há 12 anos.

Serviço Docente:

Quantos anos de escolaridade ou níveis educativos leciona na Escola Bengala Branca?

São 5.º e 6.º ano.

Em que áreas disciplinares exerce funções?

Português.

Leciona em quantas turmas de crianças e jovens? Com quantas crianças e jovens por turma?

Em 4 turmas de jovens, com 20 a 25 jovens em cada turma.

Quais as principais características positivas da Escola Bengala Branca?

Esforço, sigilo, tolerância no pagamento dos professores.

Quais as principais dificuldades na Escola Bengala Branca?

Lidar com a escrita Braille, demora em pagar salário e subsídios, às vezes até 5 meses de atraso.

Aspetos Financeiros:

Para além de ser professor na Escola Bengala Branca trabalha em outros locais? Se sim, em quais? Quantas horas trabalha por dia?

Não. 4 horas e 30 minutos.

Quais as principais dificuldades financeiras que tem enquanto professor na Escola Bengala Branca?

Dificuldades é que sou contratado aqui, e o contratado só recebe o subsídio de 35.000 francos, por isso dificuldades são enormes.

Aspetos Pedagógicos

Quais os principais objetivos do projeto educativo da Escola Bengala Branca? Pode dar exemplos?

Reabilitação e integração social dos cegos através da educação e formação profissional.

Como são envolvidos os professores no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Através dos serviços no ensino e educação.

Como são envolvidos os pais e as famílias no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Enviando e encorajando os filhos a envolver-se nessa educação na escola.

Qual a formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas? Pode especificar?

Só os seminários, que às vezes acontecem, nem sempre, às vezes passam cinco anos sem acontecer.

Quais as principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com as crianças ou alunos na sala de aula? Pode justificar as áreas prioritárias?

Português, Matemática e Ciências integradas. Trabalho com português.

As crianças com deficiência cognitiva e motor estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim.

As crianças com deficiência visual estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim.

As crianças com deficiência auditiva estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Não, porque a direção entende que podem encaixar-se melhor na escola de Surdos da Guiné-Bissau.

Os docentes dão especial atenção aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades?

Sim.

Há diversidade de estratégias para responder adequadamente a diferentes alunos e grupos?

Sim.

O acompanhamento que é feito aos alunos tem em conta as suas características e ritmos? De que modo?

Sim. A escrita Braille é mais lenta em relação a tinta. Equilibrar a turma em todo o ensino e educação.

Educação Inclusiva

A Escola Bengala Branca promove formação específica aos professores? Que tipo de formação?

Às vezes. Na área científico (Braille português didática).

Como caracteriza a Escola Bengala Branca no que respeita à educação inclusiva? Pode dar exemplos?

Bom. Por exemplo durante a sua criação, já passou 155 pessoas com deficiência nessa escola e já conta com mais de 4 pessoas formadas.

Considera que os professores promovem a inclusão educativa de todas as crianças e jovens? Pode dar exemplos?

Sim. Exemplo, as leis são para todos sem diferença.

Como são envolvidos os pais e as famílias das crianças no processo de inclusão na Escola Bengala Branca?

Muito bom.

Finalização

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento da Escola Bengala Branca?

Procurar bolsas de estudo na área de educação inclusiva para melhorar esse ensino no país.

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades da Escola Bengala Branca?

Formação dos professores pedagogia e Braille.

Apêndice IV

Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Específicas na Escola do Ensino Básico Bengala Branca em Guiné-Bissau

Entrevista a Professor da Escola Bengala Branca

Informações Gerais:

Exerce as funções de professor da Escola Bengala Branca desde quando?

Exerço as funções de professor da escola Bengala Branca desde 2018.

Qual a sua especialidade enquanto professor ou educador?

A minha especialidade enquanto professor é: Física e Matemática.

Há quantos anos exerce funções como professor ou educador?

Exerço funções como professor 6 anos (seis anos).

Serviço Docente:

Quantos anos de escolaridade ou níveis educativos leciona na Escola Bengala Branca?

Leciono três (03) níveis educativos na escola Bengala Branca.

Em que áreas disciplinares exerce funções?

As áreas disciplinares que exerço são: área da física e a matemática.

Leciona em quantas turmas de crianças e jovens? Com quantas crianças e jovens por turma?

(...)

Quais as principais características positivas da Escola Bengala Branca?

As principais características positivas da Bengala Branca são: 1.^a Não há diferença entre as pessoas com deficiência visual com videntes; 2.^a Os professores transmitem a ambos sem exceção.

Quais as principais dificuldades na Escola Bengala Branca?

As principais dificuldades são: 1.^a Dificuldade de pagar subsídio aos professores já há cinco meses. 2.^a dificuldade de máquina de impressão de Braille; de viatura; ...

Aspetos Financeiros:

Para além de ser professor na Escola Bengala Branca trabalha em outros locais? Se sim, em quais? Quantas horas trabalha por dia?

Sim, trabalho noutra escola chamada Centro Infor-Byte. E eu trabalho por dia oito horas e trinta minutos.

Quais as principais dificuldades financeiras que tem enquanto professor na Escola Bengala Branca?

As principais dificuldades que tem na escola Bengala Branca são: dificuldades de pagar os funcionários atempadamente do referido estabelecimento e de mais ...

Aspetos Pedagógicos

Quais os principais objetivos do projeto educativo da Escola Bengala Branca? Pode dar exemplos?

Os principais objetivos do projeto educativos da Bengala Branca, isto é, escola Bengala Branca são: Integração das pessoas com deficiência visual na sociedade; ter mesmo direito com videntes.

Como são envolvidos os professores no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Os professores são envolvidos no projeto educativo da escola Bengala Branca para sensibilizar quer invisuais como videntes a forma de integrar no mundo de globalização.

Como são envolvidos os pais e as famílias no projeto educativo da Escola Bengala Branca?

Os pais e as famílias são envolvidos no projeto educativo da escola Bengala Branca para ajudar a corrigir as falhas que ora se verifica na escola.

Qual a formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas? Pode especificar?

A formação dos professores no contexto da inclusão de crianças com necessidades educativas específicas é assistir seminários a fim de aprender o Braille no sentido poder transmitir às crianças de melhor forma.

Quais as principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com as crianças ou alunos na sala de aula? Pode justificar as áreas prioritárias?

As principais áreas de conhecimento que são trabalhadas com os alunos são: área educativa e sociais.

As crianças com deficiência cognitiva e motor estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim, estão integradas com outras crianças em sala de aula.

As crianças com deficiência visual estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

Sim, estão integradas com outras crianças em sala de aula.

As crianças com deficiência auditiva estão integradas com as outras crianças em sala de aula? Se não, porquê?

A escola Bengala Branca funcionava com essa natureza das crianças, mas, agora não, e também se integravam com outras.

Os docentes dão especial atenção aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades?

Eles dão especial atenção tanto aos alunos com capacidades excepcionais ou com dificuldades com todo amor.

Há diversidade de estratégias para responder adequadamente a diferentes alunos e grupos?

(...)

O acompanhamento que é feito aos alunos tem em conta as suas características e ritmos? De que modo?

(...)

Educação Inclusiva

A Escola Bengala Branca promove formação específica aos professores? Que tipo de formação?

Sim. São seguintes: Seminários aos professores.

Como caracteriza a Escola Bengala Branca no que respeita à educação inclusiva? Pode dar exemplos?

Quer dizer é uma escola que não se exclui; sempre inclui todas as pessoas para estar ao pé de igualdade.

Considera que os professores promovem a inclusão educativa de todas as crianças e jovens? Pode dar exemplos?

Sim. Exemplo, qualquer actividade a realizar para as crianças incluem todas as crianças uma vez que faz parte da escola.

Como são envolvidos os pais e as famílias das crianças no processo de inclusão na Escola Bengala Branca?

Eles são envolvidos na área de fiscalização no âmbito geral da escola, isto é, controlar a evolução em termos de rendimento.

Finalização

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento da Escola Bengala Branca?

Dar formação sucessivamente aos seus professores; ter técnicos especializados na área de inclusão.

O que gostaria de referir que pudesse contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades da Escola Bengala Branca?

Gostaria, a escola Bengala Branca que capacite sempre os seus docentes no âmbito de ter domínio na escrita Braille, isso se facilita na transmissão no âmbito da inclusão.